



251
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo/Reexame Necessário nº. 0301934-1 (0039343-35.2012.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Luiz Moura Magalhães

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. PLANO DE SAÚDE. SASSEPE/ IRH. FORNECIMENTO DE STENTS FAMACOLÓGICOS PARA UM CATETERISMO. DEVER DO SASSEPE. ENTENDIMENTO DAS SÚMULAS 11 E 54 DESTE TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. NEGATIVA DE FORNECIMENTO. DANO MORAL FIXADOS EM R\$ 8.000,00. POSSIBILIDADE. SÚMULAS 35 DESTE TRIBUNAL. PRECEDENTES. PEDIDO DE REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS, OS QUAIS FORAM FIXADOS EM R\$ 1.400,00. VALOR ADEQUADO RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O agravante insurge-se contra decisão terminativa decisão terminativa que deu provimento ao Apelo do ora agravado, Luiz Moura Magalhães, para majorar o valor da indenização por danos morais para R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e declarou prejudicado o Apelo do IRH/PE, mantendo os demais termos da decisão que obrigou o SASSEPE a custear o fornecimento de 02 (dois) STENTS FAMACOLÓGICOS para o recorrido, o qual necessita das referidas próteses para fazer um cateterismo, e ainda condenou o SASSEPE ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.400 (um mil e quatrocentos reais).

2. Se o Sassepe assumiu o dever de proteger à saúde dos seus conveniados mediante pagamento, não pode isentar-se do compromisso da contraprestação no momento em que eles mais precisam.

3. O conveniado está apenas buscando seu direito à assistência médica integral, em virtude de ter aderido a um plano de saúde.

4. Quando há confronto entre os interesses econômicos do agravante e do agravado, quais sejam o direito à saúde e à vida, devem estes se sobrepor àqueles.

5. O conceito de fornecedor descrito no art. 3º do Código de Defesa do Consumidor inclui pessoa jurídica de natureza pública, o que leva a entender que incide no caso em tela a referida norma”.

6. Entendimento das súmulas 11 e 54 deste Tribunal: Súmula 011: É abusiva a negativa de cobertura de stent, ainda que expressamente excluída do contrato de assistência à saúde.



252
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

7. Súmula 054: É abusiva a negativa de cobertura de próteses e órteses, vinculadas ou consequentes de procedimento cirúrgico, ainda que de cobertura expressamente excluída ou limitada, no contrato de assistência à saúde.

8. Em relação ao pedido de exclusão da condenação ao pagamento de indenização por danos morais, embora o inadimplemento contratual por si só não gere direito à indenização em danos morais, caso esse descumprimento tenha reflexos danosos em direitos de personalidade, gerando angústia e sofrimento, a indenização passa a ser devida, posto que a espera do procedimento cirúrgico, em caso de grave quadro clínico, gera angústia que ultrapassa os limites medianos. Aquele que contrata um plano de saúde, assim o faz acreditando que receberá o tratamento adequado, colimando, assim, assegurar-se quanto a eventuais intempéries relacionadas à sua saúde. Como já foi acima explicitado, o IRH/PE descumpriu seu dever de cuidar da saúde de seu conveniado, indo de encontro com o que preceitua as súmulas nº 11 e nº 54 deste Tribunal. Tal violação pode dar ensejo à indenização por dano moral, como demonstrado no texto da súmula 35 deste Egrégio Tribunal: "A negativa de cobertura fundada em cláusula abusiva de contrato de assistência à saúde pode dar ensejo à indenização por dano moral".

9. Os fatos, pois, são suficientes para ensejar a compensação pecuniária por danos morais. A angústia sofrida pelo paciente não demandam prova e são presumíveis segundo o critério da inteligência média, mostrando-se desnecessário a comprovação do dano, eis que este emerge inquestionavelmente da conduta lesionadora do IRH/PE.

10. Na fixação da indenização por danos morais o magistrado deve observar os pressupostos da proporcionalidade e da razoabilidade da condenação em face do dano sofrido pela parte ofendida, de forma a assegurar-se a reparação pelos danos morais experimentados, bem como a observância do caráter sancionatório, pedagógico e inibidor da condenação. Assim, tendo em vista a existência, em conjunto, dos requisitos da responsabilidade civil, quais sejam, o dano, o ato ilícito e a relação de causalidade entre a conduta e o dano experimentado, entendendo ser cabível a indenização em danos morais, a qual deve ser fixada em R\$8.000,00 (oito mil reais).

11. O Magistrado "*a quo*" agiu de forma coerente, tendo arbitrado o valor dos honorários advocatícios em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), quantia que atende aos parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade, em respeito ao trabalho e zelo do patrono da causa.

11. Recurso de Agravo DESPROVIDO por unanimidade.



1

253
11

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo nº **0301934-1 (0039343-35.2012.8.17.0001)**, ACORDAM os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 07 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



254
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo/Reexame Necessário nº. 0301934-1 (0039343-35.2012.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Luiz Moura Magalhães

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que deu provimento ao Apelo do ora agravado, Luiz Moura Magalhães, para majorar o valor da indenização por danos morais para R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e declarou prejudicado o Apelo do IRH/PE, mantendo os demais termos da decisão que obrigou o SASSEPE a custear o fornecimento de 02 (dois) STENTS FAMACOLÓGICOS para o recorrido, o qual necessita das referidas próteses para fazer um cateterismo, e ainda condenou o SASSEPE ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.400 (um mil e quatrocentos reais).

Em suas razões, protesta o agravante pela reforma da decisão vergastada, alegando a inexistência do direito postulado e a inconfundibilidade do Sassepe com o SUS. Afirma que as despesas com procedimento solicitado trará prejuízos para a economia do Sassepe e que não incidem as normas consumeristas na presente relação. Pede, ainda, a exclusão da indenização por danos morais. Alternativamente, requer a redução do valor da condenação ao pagamento de honorários advocatícios e da indenização supramencionada.

Dessa forma, requer a retratação da decisão aqui rebatida ou, caso não seja assim entendido, pugna para que o recurso venha a ser apreciado pela Câmara.

Em síntese, é o relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



255
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo/Reexame Necessário nº. 0301934-1 (0039343-35.2012.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Luiz Moura Magalhães

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Perlustrando os autos, vê-se que Luiz Moura Magalhães é conveniado ao Sassepe, contribuindo com prestações mensais para a manutenção do referido plano de saúde, com o intuito de ter a contraprestação necessária e suficiente no momento em que precisar usar dos serviços de saúde disponibilizados. Se ele paga um plano de saúde, não haveria razão de procurar a rede pública para solucionar seu problema.

Segundo informações, o senhor Luiz Moura tem cardiopatia isquêmica, angina do peito recente. Por esse motivo, o médico Jorge Vieira (CRM 5877), indicou a necessidade de procedimento cirúrgico para colocar 02 (dois) stents farmacológicos, o que evidencia, satisfatoriamente, a necessidade do paciente, até porque cabe ao médico identificar a doença e encontrar o melhor meio para um tratamento eficaz, não importando se há outros tratamentos, pois estes podem não ter a mesma eficácia do indicado pelo profissional de saúde.

Vê-se que o recorrido está apenas buscando seu direito à assistência médica integral, em virtude de ter aderido a um plano de saúde. É certo que os recursos do Sassepe não são inesgotáveis, bem como há outros conveniados necessitando de internação e cirurgias com urgência, mas o Judiciário deve sim compelir o plano de saúde a cumprir com o seu dever contratual, determinando-lhe que atue naquele caso concreto como deveria atuar em todos os idênticos.

Abaixo, acertado pensamento do o Des. Fernando Cerqueira na decisão terminativa do processo nº 231390600: *“além disso, quanto à alegação de inexistência de direito ao custeio do tratamento perseguido, não coberto pelo Sassepe, importa ressaltar, outrossim, que argumentos de cunho econômico-financeiro (princípio da reserva do possível) não afastam, na hipótese específica, a responsabilidade imputada pelos termos constitucionais que asseguram o direito à saúde, de modo que as alegações sustentadas pelo agravante de indisponibilidade de recursos ou desatendimento de prioridades eleitas pela Administração, resultando em violação aos princípios da isonomia e legalidade, caso fornecido o tratamento requerido, sobretudo quando não comprovadas - como na hipótese - são evidentemente insuficientes para ensejar o provimento do vertente instrumental, realçando que a agravada*



256
K

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

faz jus à ampla assistência e tratamento médico assegurados pelas normas de regência (Lei Complementar nº 30/2001 e Decreto nº 23.137/2001). "

Assim, não se poderia permitir que uma pessoa portadora de grave doença não recebesse o tratamento adequado por conta de alegações de cunho econômico ou burocrático. Quando há confronto entre os interesses econômicos do recorrente e do recorrido, quais sejam o direito à saúde e à vida, devem estes se sobrepor àqueles. Vejamos o texto das Súmulas 11 e 54 do TJPE:

***Súmula 011.** É abusiva a negativa de cobertura de stent, ainda que expressamente excluída do contrato de assistência à saúde.*

***Súmula 054.** É abusiva a negativa de cobertura de próteses e órteses, vinculadas ou consequentes de procedimento cirúrgico, ainda que de cobertura expressamente excluída ou limitada, no contrato de assistência à saúde.*

Abaixo, julgado na mesma linha:

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL. DIREITO HUMANO À DIGNIDADE E À SAÚDE. CONTRIBUINTE DO SASSEPE. DIREITO À COBERTURA DO PROCEDIMENTO DE IMPLANTE DE PRÓTESE CARDÍACA. DECISÃO BASEADA NA SÚMULA 54 DESTA TRIBUNAL E NA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REPETIÇÃO EM SEDE DO PRESENTE AGRAVO DAS RAZÕES ADUZIDAS NA PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE NOVAS ILAÇÕES POR PARTE DO ESTADO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA EM SUA INTEGRALIDADE.

(...)II - Por ser a autora/agravada contribuinte do SASSEPE, incidindo, para tanto, descontos mensais em sua folha de pagamento, razão maior lhe assiste de buscar a tutela jurisdicional com o intuito de exigir a contraprestação devida - a realização do tratamento médico mais adequado à sua enfermidade. III - Conforme se deduz do teor Súmula 54, deste egrégio Tribunal de Justiça: "é abusiva a negativa de cobertura de próteses e órteses, vinculadas ou consequentes de procedimento cirúrgico, ainda que de cobertura expressamente excluída ou limitada, no contrato de assistência à saúde" (no mesmo sentido: STF, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 837.642/RS, Relator: Ministro Marco Aurélio; STJ - REsp nº 717153/RS, RECURSO ESPECIAL nº 2005/0007481-3, Relator: Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, Data do julgamento: 17/11/2005; STJ, REsp nº 695665/RS, RECURSO ESPECIAL nº 2004/0093350-5, Relator: Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, Data do julgamento: 24/10/2006)(...) V - Manutenção da decisão



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

257
M

monocrática terminativa em sua integralidade, haja vista que os seus fundamentos estão em harmonia com a jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). VI - Recurso a que se nega provimento por unanimidade. (TJPE - AGV 62257120128170000 PE 0016495-57.2012.8.17.0000 - Relator: Jorge Américo Pereira de Lira - 1ª Câmara de Direito Público - 27/11/2012)

Em virtude do exposto, as alegações do IRH-PE a respeito da ausência de direito ao custeio dos Stents e de que estaria havendo confusão entre as obrigações do Sassepe e o SUS esvaziam-se.

Observo que não deve prosperar a alegação da não incidência do Código de Defesa do Consumidor na presente relação. No Código Consumerista, o conceito de fornecedor descrito no art. 3º, inclui, também, pessoa jurídica de natureza pública, o que leva a entender que incide no caso em tela a referida norma.

A súmula nº 469 do Superior Tribunal de Justiça fala que "*aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde*". Justifica-se o enunciado na súmula supracitada porque os planos de saúde são típicos contratos de adesão, através dos quais há imposição de cláusulas ao contratante, geralmente mais fraco e hipossuficiente. E, em casos como esses, não se deve restringir a interpretação de cláusulas contratuais de forma a prejudicar o consumidor.

Julgados desta Corte nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. AUTORIZAÇÃO. NEGATIVA DE COBERTURA. TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO DOMICILIAR. CARÁTER ABUSIVO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO CDC. SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES.

(...). 2. O eg. Tribunal estadual, ao estabelecer a obrigatoriedade de o plano de saúde proceder a tratamento domiciliar, decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte no sentido de considerar que "a exclusão de cobertura de determinado procedimento médico/hospitalar, quando essencial para garantir a saúde e, em algumas vezes, a vida do segurado, vulnera a finalidade básica do contrato" (REsp 183.719/SP, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 13.10.2008). 3. O v. aresto atacado está assentado na afirmação de que, em se tratando de contrato de adesão submetido às regras do CDC, a interpretação de suas cláusulas deve ser feita da maneira mais favorável ao consumidor, bem como



258
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

que devem ser consideradas abusivas as cláusulas que visam a restringir procedimentos médicos. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 292.259/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - TRATAMENTO MÉDICO - LEGITIMIDADE PASSIVA DO SASSEPE - OBRIGAÇÃO DE PROVER AS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS AO PLENO EXERCÍCIO DA SAÚDE DE SEUS SEGURADOS - APLICABILIDADE DO CDC.

(...) A não aplicação à hipótese do Código de Defesa do Consumidor, penso existir relação de consumo, não prosperando a alegação do agravante de que, por se tratar de sistema público, seria inaplicável o Código de Defesa do Consumidor. O conceito de fornecedor, descrito no art. 3º do Estatuto Consumerista, abrange a pessoa jurídica de natureza pública, de modo que incidem ao caso as normas tutelares próprias desse subsistema(...)

(TJPE – Agravo de Instrumento nº 0235884-9 - Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos - 03/03/ 2011)

Em relação ao pedido de exclusão da condenação ao pagamento de indenização por danos morais, embora o inadimplemento contratual por si só não gere direito à indenização em danos morais, caso esse descumprimento tenha reflexos danosos em direitos de personalidade, gerando angústia e sofrimento, a indenização passa a ser devida, posto que a espera do procedimento cirúrgico, em caso de grave quadro clínico, gera angústia que ultrapassa os limites medianos.

Aquele que contrata um plano de saúde, assim o faz acreditando que receberá o tratamento adequado, colimando, assim, assegurar-se quanto a eventuais intempéries relacionadas à sua saúde.

Como já foi acima explicitado, o IRH/PE descumpriu seu dever de cuidar da saúde de seu conveniado, indo de encontro com o que preceitua as súmulas nº 11 e nº 54 deste Tribunal. Tal violação pode dar ensejo à indenização por dano moral, como demonstrado no texto da súmula 35 deste Egrégio Tribunal:

Súmula 035. A negativa de cobertura fundada em cláusula abusiva de contrato de assistência à saúde pode dar ensejo à indenização por dano moral

O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou sobre o assunto, quando afirmou que “basta a demonstração de que a vítima tenha passado por situação de transtorno, vexame ou humilhação para caracterizar-se o dano moral, passível de reparação. Circunstância que



259
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

prescinde de prova, pois decorre da experiência comum" (RESP 576520/PB. Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ 30.08.2004, p. 303)

Os fatos, pois, são suficientes para ensejar a compensação pecuniária por danos morais. A angústia sofrida pelo paciente não demandam prova e são presumíveis segundo o critério da inteligência média, mostrando-se desnecessário a comprovação do dano, eis que este emerge inquestionavelmente da conduta lesionadora do IRH/PE.

Na fixação da indenização por danos morais o magistrado deve observar os pressupostos da proporcionalidade e da razoabilidade da condenação em face do dano sofrido pela parte ofendida, de forma a assegurar-se a reparação pelos danos morais experimentados, bem como a observância do caráter sancionatório, pedagógico e inibidor da condenação.

Assim, tendo em vista a existência, em conjunto, dos requisitos da responsabilidade civil, quais sejam, o dano, o ato ilícito e a relação de causalidade entre a conduta e o dano experimentado, entendo ser cabível a indenização em danos morais, a qual deve ser majorada para o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme foi decidido na Decisão Terminativa aqui rebatida, tudo de acordo com o parecer ministerial de fls. 219/222. Abaixo, jurisprudência nesse sentido:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO CONTRA TERMINATIVA MONOCRÁTICA. OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. DANO MORAL. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÍVOCA.

1. A omissão estatal restou devidamente comprovada a partir do momento em que o Estado não se dignou sequer a responder as requisições administrativas da autora.
2. A recusa estatal em atender as necessidades básicas da autora relativas à saúde, mesmo que de forma velada, gera dano moral. Já é assente no STJ que se tal recusa, quando indevida na esfera privada já enseja danos morais por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia do paciente (beneficiário). Esta mesma linha de raciocínio pode, e deve, ser aplicada nas questões relativas ao Poder Público, posto que a obrigação deste, em velar pelas necessidades básicas da coletividade, tem um peso muito maior.
3. O montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixado pela decisão terminativa atacada, não se revela excessivo ou arbitrário. Compulsando os autos, vê-se que a Autora, grávida de 8 (oito) meses e 1 (uma) semana, passou três meses na UTI, para, depois, se constatar a necessidade do tratamento de oxigenoterapia domiciliar, objeto da presente lide. A demora do Estado de prestar tal tratamento não atinge apenas a saúde da demandante, mas também resvala na saúde da criança que ela carregava no ventre. Em outras palavras, a demora do Estado em realizar o que está constitucionalmente obrigado a fazer fere duas vidas,



260
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

desprezando, por completo, o princípio da dignidade da pessoa humana, pilar da Constituição da República Federativa do Brasil e, por consequência, do ordenamento jurídico brasileiro como um todo. 4. (...) 6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso, mantendo os termos da sentença da decisão atacada.

(TJPE - Agravo 282834-2 0044397-50.2010.8.17.0001 – Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público - Data da Publicação - 26/02/2014)

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. PLANO DE SAÚDE. SASSEPE. COBERTURA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. IMPLANTAÇÃO DE STENT FARMACOLÓGICO. RECUSA INDEVIDA. DANO MORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20 §§ 3º E 4º. AGRAVO DESPROVIDO DE FORMA UNÂNIME.

1. O cerne da questão em apreço reside na discussão acerca do alcance da assistência médica a ser fornecida pela parte ré. Argumenta o agravado que o tratamento recomendado à sua enfermidade foi prescrito por profissional de saúde especializado que lhe assiste e que a negativa do SASSEPE além de expor sua vida a risco, acarretou-lhe forte constrangimento. 2. Compulsando os autos, verifica-se que o agravado é beneficiário do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, tendo esse sistema como função a cobertura de despesas dos serviços de atendimento médico-hospitalar, bem como os atos necessários ao diagnóstico e tratamento, prestados aos seus beneficiários. 3. A relação mantida entre a entidade mantenedora do plano de saúde - SASSEPE e o agravado beneficiário caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso, contrato de plano de saúde, sendo irrelevante a natureza jurídica da entidade prestadora do serviço. Logo, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores de Pernambuco, o fornecimento do tratamento requestado. 4. Apesar da possibilidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco excluir algumas despesas da área de cobertura dos serviços por ela ofertados, na hipótese dos autos verifica-se o confronto do interesse econômico do apelante com os interesses superiores do autor/agravado, quais sejam o direito à vida e à saúde. 5. A indisponibilidade de recursos financeiros não afasta o dever assistencial imputado ao poder público. Ocorre que o direito à saúde, estreitamente ligado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, sempre deve prevalecer sobre obstáculos de ordem financeira em razão do alto status que goza no plano constitucional. 6. Especificamente quanto à implantação de stents farmacológicos, a questão já se encontra inclusive simulada por este e. Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante o Enunciado da Súmula 11 do Sodalício, assim assentado:



261
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

"É abusiva a negativa de cobertura de stent, ainda que expressamente excluída do contrato de assistência à saúde". 7. No caso em exame, a conduta da seguradora foi capaz de romper com o equilíbrio psicológico da paciente e, portanto, não pode se equiparar a meros dissabores atinentes ao cotidiano das relações interpessoais. A conduta ilícita do SASSEPE, decorrente do descumprimento injustificado da prestação, configura atitude abusiva capaz de causar lesão à vida da parte autora, mesmo de ordem extrapatrimonial. 8. Enunciado 35 da Súmula do TJPE: A negativa de cobertura fundada em cláusula abusiva de contrato de assistência à saúde pode dar ensejo à indenização por dano moral. 9. Portanto, configurado o dano moral, entendo como razoável ao cumprimento das finalidades da reparação do dano, bem como o caráter pedagógico da medida, o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). 10. Considerada a natureza da causa, o trabalho realizado pelo patrono nos autos, o tempo transcorrido e o critério de equidade, entendo como justa a fixação dos honorários advocatícios no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). 11. À unanimidade, Recurso de Agravo Legal improvido.

(TJPE - Agravo 315435-2 0028013-41.2012.8.17.0001 – Relator: Jorge Américo Pereira de Lira - 1ª Câmara de Direito Público - Data da Publicação: 12/02/2014)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. RECUSA INDEVIDA DE COBERTURA. ABUSIVIDADE. DANO MORAL.

- Embora geralmente o mero inadimplemento contratual não seja causa para ocorrência de danos morais, é reconhecido o direito à compensação dos danos morais advindos da injusta recusa de cobertura de seguro saúde, pois tal fato agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, uma vez que, ao pedir a autorização da seguradora, já se encontra em condição de abalo psicológico e com a saúde debilitada. Agravo não provido. (STJ - AgRg no REsp 1290051 SP 2011/0085506-8 - Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI - T3 - TERCEIRA TURMA - 20/11/2012)

Por último, o IRH/PE requer a redução da condenação em honorários advocatícios. O art. 20, § 4º do CPC, dispõe que nos casos em que a Fazenda Pública é parte vencida "os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do Juiz (...)", como pode se observar na decisão abaixo colacionada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENDIDA REVISÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM BASE NO CRITÉRIO DE APRECIÇÃO EQUITATIVA. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 7/STJ e 389/STF.



262
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1. Consoante a jurisprudência dominante do STJ, a remissão contida no § 4º do art. 20 do CPC, relativa aos parâmetros a serem considerados pelo magistrado para a fixação dos honorários nas execuções, embargadas ou não, refere-se tão-somente às alíneas do § 3º do mesmo artigo, e não aos limites percentuais contidos nesse parágrafo. Assim, ao arbitrar a verba honorária nas hipóteses do § 4º, o juiz pode utilizar-se de percentuais sobre o valor da causa ou da condenação, bem assim fixar os honorários em valor determinado. Outrossim, a fixação dos honorários advocatícios com base no § 4º do art. 20 do CPC dar-se-á pela "apreciação equitativa" do juiz, em que se evidencia um conceito não somente jurídico, mas também subjetivo, porque representa um juízo de valor, efetuado pelo magistrado, dentro de um caso específico. Diante desse contexto, ressalvadas as hipóteses de valor irrisório ou excessivo, a reavaliação do critério de apreciação equitativa adotado nas instâncias ordinárias para o arbitramento da verba honorária não se coaduna com a natureza dos recursos especial e extraordinário, consoante enunciam as Súmulas 7/STJ e 389/STF. (...) 4. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp 136.298/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2012, DJe 03/05/2012)

Observo que Magistrado *a quo* agiu de forma coerente, tendo condenado o IRH/PE ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.400,00, atendendo aos parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade, em respeito ao trabalho e zelo do patrono da causa, o qual peticionou e recorreu em todas as fases do processo. Assim, não há que se cogitar a redução do valor.

Diante do exposto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator